

# Conselho de Defesa Sul-Americano: fracasso ou primeiro passo?

*South American Defence Council: failure or first step?*

**Resumo:** A Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), organizações de defesa existentes até a criação do CDS, não evoluíram o suficiente e carecem de legitimidade, já que estão sob clara influência americana. Houve várias contribuições do novo Conselho e possibilidades foram vislumbradas, algumas das quais são muito relevantes, mesmo que ainda precisem de mais atenção. Este artigo analisará esse tópico, estudando o significado e os resultados do CDS até agora e tentando construir uma perspectiva para seu futuro, levando em conta as circunstâncias atuais na América do Sul (AS).

**Palavras-chave:** Integração Sul-Americana. Conselho de Defesa da América do Sul. UNASUL. Perspectivas e resultados.

**Abstract:** The Organization of American States (OEA) and the Inter-American Treaty of Reciprocal Assistance (TIAR), existing defense organizations until the creation of the CDS, have not evolved enough and lack legitimacy, since they are under clear american influence. There were several contributions from the new Council and some possibilities were glimpsed, some of which are very relevant, even if they still need more attention. This paper will analyze this topic, studying the meaning and results of the CDS until now, trying to build a perspective for its future, taking into account the current circumstances in South America (SA).

**Keywords:** South American Integration. South American Defense Council. UNASUL. Perspectives and results.

**Ricardo Moussallem**

Exército Brasileiro.

Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

moussallemprec@hotmail.com

**Recebido em: 1 de maio de 2020**

**Aceito em: 18 de julho de 2020**

COLEÇÃO MEIRA MATTOS

ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



## 1 Introdução

O novo século trouxe consigo alguns aspectos inovadores, após as dramáticas mudanças no cenário global. O fim da Guerra Fria, a queda do Muro de Berlim, a globalização, a existência de uma nação hegemônica e o terrorismo, entre outros atos e eventos, foram fundamentais na estratégia das grandes nações e blocos regionais.

A abordagem econômica começou a superar a ideológica. O mundo está reorganizado fundamentalmente em blocos, com ênfase nos aspectos políticos e econômicos. Essa tendência a formação em blocos está sendo liderada pelas grandes potências nos diferentes continentes. As nações periféricas emergentes mais proeminentes, por muitos chamadas BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), continuam a procurar definir suas áreas de influência e poder regional.

Em 2008, a criação da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) representou outra tentativa sul-americana contemporânea de expandir a integração na América do Sul (AS)<sup>1</sup>, sob a iniciativa brasileira. Nesse sentido, no mesmo ano foi criado o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), cuja difusão poderia permitir a expansão da cooperação regional nos âmbitos militar e científico-tecnológico. Vale a pena observar o alinhamento ideológico e político que aconteceu por ocasião da criação do CDS (LUIGI JÚNIOR, 2017). O Brasil liderou um bloco cujos principais Chefes de Estado estavam na ala esquerda (Argentina, Paraguai, Peru, Equador, Chile, Bolívia, Venezuela e Brasil). Além disso, a economia desses países cresceu a um ritmo forte, devido ao valor internacional das commodities (MURRAY, 2012).

O CDS surgiu após várias tentativas de integração sul-americana, marcadas por uma reconhecida boa vontade, pela retórica e por pouco conteúdo prático. Por outro lado, a falta de uma política adequada e compartilhada para o subcontinente, que durante quase todo o século XX viveu no deserto da convergência dos interesses das grandes potências, levanta dúvidas sobre a maturidade de suas relações para a adoção de uma convergência efetiva dos esforços e objetivos comunitários.

Hoje em dia, o cenário passou por mudanças econômicas e políticas. As economias dos países do bloco ainda estão se recuperando da crise econômica de 2008 (GASPAR; SPINA, 2018), enquanto o protecionismo cresceu, em meio a divergências ideológicas, principalmente entre a Venezuela e os países que mudaram de governo, desde 2015, ideologicamente mais de direita (QUIRÓS, 2017). Assim, há pouco mais de um ano, a UNASUL, ao mudar seu presidente, congelou suas atividades, devido à falta de consenso na eleição do novo Secretário Geral. Da mesma forma, o CDS, como órgão da UNASUL, está paralisado neste momento.

O objetivo deste artigo é gerar uma reflexão holística e integradora sobre as perspectivas futuras do CDS, levando em conta seus resultados, suas possibilidades futuras e liderando com o novo cenário político e econômico sul-americano.

---

1 Coronel do Exército Brasileiro. Estudante do Curso Internacional de Estudos Estratégicos do Exército Brasileiro. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Rio de Janeiro, Brasil. E-mail:

## 2 O caminho para o CDS

Para contextualizar o ambiente geopolítico, vale a pena lembrar as características do colonialismo espanhol, que, devido à sua natureza centralizadora, dificultaram a integração de suas antigas colônias. O liberal Simón Bolívar liderou a tentativa pioneira integracionista, em 1815, que havia concebido uma Gran Colômbia (FEDOZZI, 2005, p.161) a partir da união dos vice-reinatos do Peru e Nova Granada (incluía os territórios da Venezuela, Equador, Colômbia e Panamá).

Durante o século XIX, a integração da AS foi mitigada, em grande parte, por disputas geopolíticas e demarcações territoriais, sendo fortemente influenciada pelos interesses europeus e americanos. Em 1889, o Panamericanismo surge com a Primeira Conferência Internacional Americana, realizada em Washington. Esses primeiros passos em torno da unidade giraram em torno dos EUA, uma potência emergente que propunha proteger todo o continente (CERVO; BUENO, 2008).

No início do século XX, ainda havia a influência das indústrias de defesa européias na AS. Os antagonismos existentes, mais uma vez, foram agravados. Em 1915, o Tratado ABC (Argentina, Brasil e Chile) foi o primeiro instrumento internacional sul-americano. Foi motivado pela percepção de que os países da AS, através da minimização das rivalidades regionais, poderiam viver em uma situação de colaboração, em vez de se submeterem às potências mundiais. Desde então, as iniciativas de integração regional (CERVO; BUENO, 2008) adotadas na AS até 1980, têm sido realizadas de acordo com o interesse americano, na busca pelo Panamericanismo.

### 2.1 Integração econômica e política

Assim, com foco na economia, houve algumas iniciativas dignas de referência, como em 1948, quando a Comissão Econômica para a América Latina (CELAC) foi criada no Chile. Começou-se a pensar em uma zona de livre comércio na América Latina e, pouco depois, em 1960, em Montevidéu, Uruguai, seis países sul-americanos, mais o México, aderiram ao Tratado da Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC). Seu objetivo era o aumento do comércio (CONSIDERA, 2006).

Mais especificamente, o Pacto Andino (Chile, Bolívia, Colômbia, Venezuela, Peru e Equador) surgiu em 1967, que evoluiu para a Comunidade Andina em 1997 (sem o Chile). A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (Amazon Cooperation Treaty Organization – ACTO) também foi criada em 1995. O comércio internacional na América Latina, durante os anos 70, cresceu uma média de 20,8%, enquanto entre 1950 e 1970, havia crescido apenas 5,4%, demonstrando a validade das iniciativas de integração (UNCTAD, 1994).

O Tratado de Montevidéu, assinado em 1980, criou a Associação Latino-americana de Integração (ALADI), substituindo a ALALC, com a participação da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

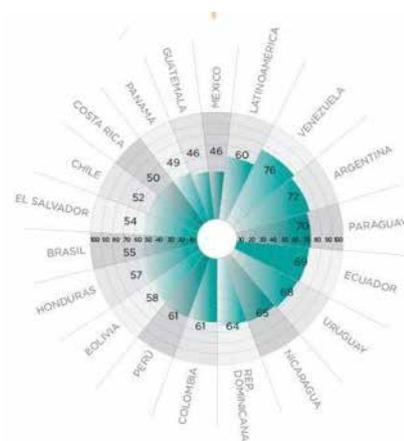
Assim, em 1991, os presidentes do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai criaram o MERCOSUL, com uma zona de livre comércio e união aduaneira parcial e, desde 1995, com uma Tarifa Externa Comum, servindo de base para projetos que incluíam todas a AS. Além do aspecto comercial, desempenhou um papel importante na consolidação da democracia (Cláusula Democrática), contribuindo para a continuidade da estabilidade política (FREIRE, 2016).

Vale ressaltar que a primeira reunião dos Chefes de Estado da AS ocorreu em 2000, em Brasília. Dessa reunião, surgiu a Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional na América do Sul (IIRSA), representando o importante compromisso dos doze países de desenvolver, através da integração física, infra-estruturas de transporte, energia e comunicações.

No dia 23 de maio de 2008, em Brasília, como resultado da evolução apresentada, surgiu a UNASUL. Finalmente, a AS passou a ter uma personalidade jurídica internacional, no início de sua coordenação política, econômica e social. Nesse fórum, em dezembro de 2008, foi criado o CDS, expandindo a cooperação em questão de defesa.

Essa integração econômica e política é totalmente apoiada pela população da AS. Um número expressivo de latino-americanos, 77%, apoiará a integração econômica. No Brasil, há um número elevado, com 66% de acordo. Na região, o apoio às iniciativas de integração política, como a UNASUL, embora ainda alto, é um pouco menor: 60% (CUÉ, 2016).

Figura 1 – Porcentagem da população a favor da integração política



Fonte: Latinobarômetro, 2016, apud Beliz e Chelala, 2016, p. 22.

## 2.2 Integração do campo militar

Tentando se integrar na área de defesa, o passo pioneiro foi em 1890, quando a Primeira Conferência Internacional Americana lançou o princípio da "segurança coletiva hemisférica", que foi consagrado, em 1942, na Conferência do Rio de Janeiro, com a Junta Interamericana de Defesa (JID). Estabelecida durante a Segunda Guerra Mundial, ela defi-

niu que: "[...] um ataque de um Estado não-americano a um Estado americano será considerado um ataque a todos os países signatários". Isso levou ao Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e à Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948.

A OEA absorveu a JID, a TIAR e também o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O Tratado do Rio demonstrou sua ineficácia durante a Guerra das Malvinas, entre Argentina e Grã-Bretanha, em 1982, pois os EUA, antes de um impasse entre os membros aliados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e do Tratado do Rio, definiram sua posição mais favorável ao Reino Unido (SCHNEIDER, 2003).

Os exércitos americanos criaram, em 1960, a Conferência dos Exércitos Americanos (CEA), para o intercâmbio entre os exércitos das Américas. Em 1995, sob a liderança dos EUA, foi criada a Conferência de Ministros da Defesa das Américas (CMDAs).

O MERCOSUL permitiu um relaxamento na área de segurança e defesa na AS. As Medidas de Promoção da Confiança Mútua (MFCM), sem excluir os EUA, foi um instrumento que aproximou o subcontinente, assim como o uso de seus exércitos em missões de manutenção da paz (FREIRE, 2016). Com o advento da UNASUL, a integração militar expandiu sua lista de atividades, envolvendo todo o subcontinente. Com o CDS, em 2008, a cooperação de defesa, anteriormente focalizada no nível das Forças Armadas, foi elevada para o nível político.

### **3 O tempo e a oportunidade para a criação do CDS**

A AS foi a última região do mundo a se organizar politicamente em torno de um projeto comum, em contraste com a União Européia (UE), a União Africana, a ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático) e outros blocos regionais. Em toda a história, até a criação da UNASUL, os Chefes de Estado da AS reuniram-se apenas seis vezes, todas após o ano 2000, quando houve a primeira reunião (GARCIA, 2010).

Uma primeira explicação provavelmente estará no forte poder de magnetização das relações que historicamente todos os países da região mantiveram com o Norte. Esse foi, até recentemente, o eixo central e praticamente exclusivo das relações externas dos países sul-americanos (GARCIA, 2010). Neste contexto, é necessário aprofundar a análise em alguns pontos que mostram a oportunidade da criação do CDS.

Desde o final do século passado, podemos observar o recente esforço das nações do subcontinente em buscar um alinhamento de suas posições em órgãos e fóruns internacionais, como o G-20 (fruto da iniciativa brasileira) e nas negociações da Rodada Doha. Vale a pena lembrar a decisão da Cúpula da Unidade da América Latina e do Caribe, realizada em fevereiro de 2010, para afirmar seu apoio à Argentina na questão das Malvinas (COSTAS, 2010).

Em 2008, quando foi criada a UNASUL e o CDS, a maioria dos presidentes (Luis Inácio Lula da Silva, no Brasil; Evo Morales, na Bolívia; Rafael Correa, no Equador; Fernando Lugo, no Paraguai; Hugo Chávez, na Venezuela; e Couple Kirchner, na Argentina) estavam à esquerda e compartilhavam ideologias semelhantes, com exceção talvez da Colômbia (Álvaro

Uribe). Em sua gestão, de 2008 a 2011, o cenário de congruência ideológica coincide exatamente com os anos mais efetivos daquela instituição, de 2011 a 2014 (LUIGI JÚNIOR, 2017).

Também na área econômica, o timing foi muito apropriado. Os países da região expandiram seu PIB a taxas consideráveis (FIORI, 2013). O Brasil foi uma referência e tentou expandir sua influência na região:

No final da primeira década do século XXI, o Brasil concentrava metade da população sul-americana e era o principal ator da diretoria geopolítica e econômica continental [...] em 2001, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro era cerca de 550 bilhões, e era inferior à soma da produção dos outros países sul-americanos, que era cerca de 640 bilhões de dólares [...] dez anos depois, a relação mudou radicalmente: O PIB brasileiro cresceu até atingir aproximadamente 2,5 trilhões de dólares em 2011, enquanto o valor do produto bruto do restante da América do Sul era de cerca de 1,6 trilhões de dólares (FIORI, 2013, p. 36, tradução nossa).

Esse alinhamento ideológico, bem como a valorização dos recursos naturais da região, foi acrescentado à preocupação com o surgimento dos conceitos de ação preventiva e unilateral dos Estados Unidos desde os ataques de 11 de setembro de 2001. O é que a deslocação das tropas da OTAN para o Afeganistão foi o primeiro caso de ação fora da área tradicional de preocupação da Aliança, muito além de seu ambiente geográfico (AMORIM, 2009).

Da mesma forma, os líderes sul-americanos demonstraram sua preocupação com a reativação do 4º Esquadrão dos Estados Unidos, projetado para operar no Atlântico Sul e no Caribe (FRAGELLI, 2010, p. 497), ainda mais porque, como observado, "coincide com as descobertas de petróleo anunciadas pelo Brasil em sua plataforma continental".

Esses exemplos não são uma preocupação unânime no subcontinente, mas serviram como argumento para muitos defenderem uma maior capacidade de dissuasão e o desenvolvimento de uma maior sinergia entre países sul-americanos para garantir a defesa de seus recursos naturais e soberania. O CDS, nesse contexto, era uma ferramenta muito apropriada.

Essa identidade sul-americana mais forte tinha sido facilitada principalmente pela aproximação da Argentina e do Brasil. A aliança Brasil-Argentina é para a UNASUL o que a aliança Reino Unido-França foi para a União Europeia. Para muitos, a análise feita pelo Wall Street Journal e publicada pelo jornal argentino El Clarín (MOFFETT, 2010) seria inimaginável. O artigo mostrou que alguns argentinos estão começando a aceitar uma preeminência brasileira mais naturalmente no cenário regional, devido às possíveis repercussões positivas para a Argentina a partir do protagonismo brasileiro.

Outro ponto que contribuiu para a expansão da integração militar foi a semelhança e congruência das políticas de defesa dos países da AS, que são muito semelhantes em seus objetivos e estratégias, como aponta o Atlas Comparativo da Defesa na América Latina/2012. Ainda em relação à segurança interna, existem grandes semelhanças em termos de preceitos e limites constitucionais (SOUSA FILHO, 2012).

Assim, é possível observar que, em 2008, havia muitos elementos políticos, econômicos, ideológicos e militares que demonstravam intenções e aptidões de cooperação. Além disso, a base legal existente contribuiu para a criação e operação do CDS, expandindo a integração do AS na área de defesa.

#### 4 Os resultados e a eficácia do CDS

Aprofundando a análise do CDS, é possível observar que sua estrutura prevê que os Ministros da Defesa dos países da UNASUL trabalhem diretamente com os representantes do mais alto nível dos Ministros das Relações Exteriores (MRE), permitindo uma maior integração interministerial nas questões inerentes à defesa. Assim, as questões de defesa começam a ser tratadas no nível político da cena internacional.

A presidência do conselho é rotativa, correspondendo ao mesmo país que exerce a presidência, pro tempore, da UNASUL. De acordo com o que foi estabelecido no órgão normativo, o CDS desenvolve anualmente suas atividades institucionais através do chamado "Plano de Ação", que é elaborado pela Instância Executiva do Conselho (os Ministros Adjuntos) e é levado à consideração dos Ministros da Defesa para sua devida aprovação. Desde sua criação, o Conselho de Defesa Sul-Americano desenvolveu um conjunto de atividades sob quatro eixos temáticos, a saber Eixo 1 – Políticas de Defesa; Eixo 2 – Cooperação Militar, Ação Humanitária e Operações de Paz; Eixo 3 – Indústria e Tecnologia de Defesa; e Eixo 4 – Educação e Treinamento.

Assim, o CDS realizou, entre 2009 e 2018, uma série de reuniões em seu formato executivo (Vice-Ministros da Defesa) e Ministros da Defesa. As interações das representações de relações exteriores e defesa ocorreram, resultando nos diversos "planos de ação" e na distribuição de tarefas para os países membros. Vale a pena lembrar algumas iniciativas importantes do CDS, como resultado das discussões e decisões que ocorreram em algumas de suas reuniões<sup>2</sup>.

Em março de 2009, no Chile, foi realizada a Primeira Reunião Ordinária com os Ministros da Defesa. A Declaração de Santiago do Chile estabeleceu os objetivos de: a) Consolidar a AS como uma zona de paz; b) Construir uma defesa da identidade sul-americana; e c) Gerar consenso para a cooperação regional em defesa. Além disso, foi criado o Centro Sul-Americano de Estudos de Defesa Estratégica (CSEED), em Buenos Aires. Mesmo nesta Reunião, a crise entre Equador e Colômbia foi enfrentada com sucesso, envolvendo a Venezuela (ARAVENA, 2012), o que resultou em uma intervenção colombiana em território equatoriano para combater as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). A Colômbia acusou os outros dois governos de apoiar as FARC.

A Reunião Extraordinária do CDS de Quito, Equador, em novembro de 2009, foi o resultado da Cúpula Extraordinária da UNASUL de Bariloche, em agosto de 2009, realizada para discutir as bases americanas na Colômbia (Encerramento 263, de 27/11 / 2009,

2 Extraído do site oficial do CDS: [www.unasurcds.org](http://www.unasurcds.org).

do MRE do Brasil). O CDS surgiu, então, como um importante fórum para a discussão de questões sensíveis, recebendo dos líderes sul-americanos a ordem de construir medidas de confiança mútua que apoiassem a paz e a cordialidade regionais (Nota final 4162, de 28/08/2009, do MRE do Brasil).

Desde então, várias reuniões entre os Ministros e Vice-Ministros da Defesa da UNASUL têm sido realizadas. A partir da leitura dos Planos de Ação de 2009-2010 e 2010-2011, observa-se que alguns pontos não foram atendidos em sua plenitude, sendo, portanto, repetidos no plano bienal seguinte. A partir de 2012, o Plano de Ação tem sido proposto anualmente e o próprio site oficial do CDS apresenta a evolução e o alcance das metas. A análise dos Planos de Ação de 2012, 2013 e 2014 confirma que eles apresentaram uma execução eficaz e promissora. Por outro lado, a partir de 2014, com a mudança de protagonismo no Brasil e o agravamento da crise econômica, a taxa foi reduzida, principalmente a partir de 2017, com a falta de consenso para a substituição do Secretário Geral (LUIGI JÚNIOR, 2017).

Um avanço importante obtido pelo CDS foi que, na Escola Superior de Guerra (ESG) do Brasil, o Curso Avançado de Defesa Sul-Americana (CAD-SUR) é ministrado para treinar tanto civis quanto militares que trabalham na área de defesa. Os países da UNASUL, com base na cooperação regional.

As instituições complementares do Curso de Defesa Sul-Americana são o Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED) e a Escola Sul-Americana de Defesa (ESUDE). O CEED, sediado na cidade de Buenos Aires, Argentina, a partir de 2009, realizou trabalhos destinados a distinguir e informar assuntos de interesse como: gastos em defesa dos países membros do bloco, inventários de equipamentos militares dos países, a institucionalidade do setor de defesa, a política de gênero na defesa, assim como as informações dos exercícios militares realizados na região (ARREDONDO, 2017).

A Escola Sul-Americana de Defesa (ESUDE), localizada nas instalações da UNASUL na cidade de Quito (Equador), foi criada com o objetivo de monitorar e articular as iniciativas nacionais dos Estados membros para o treinamento de civis e militares em assuntos de defesa e segurança regional em nível político estratégico (ARREDONDO, 2017).

No dia 28 de fevereiro de 2018, realizou-se, através de videoconferência, a XIV Reunião da Instância Executiva do Conselho de Defesa Sul-Americano, a VIII Reunião do Conselho Diretivo do Centro de Estudos de Defesa Estratégica e a IV Reunião do Conselho Superior da Escola Sul-Americana de Defesa. A reunião foi liderada pelo Secretário Pro Tempore do CDS, Sr. Horacio Aldo Chighizola, Secretário de Estratégia e Assuntos Militares do Ministério da Defesa da Argentina e envolveu a participação de delegações dos doze Estados membros da União das Nações Sul-Americanas, da Escola Sul-Americana de Defesa e do Centro de Estudos Estratégicos de Defesa

Algumas iniciativas prosperaram mais fortemente (ARREDONDO, 2017), adquirindo supremacia em relação a outras, de modo que alguns eixos de ação são mantidos com maior energia e grau de atividade, surgindo propostas de amplo consenso em relação aos temas então descritos: a) Homologação das Despesas de Defesa e medidas de confiança mútua; b) Compilação de dados dos Inventários Militares; c) Exercícios de prevenção e respostas a desastres naturais na região; d) Catalogação comum do material das Forças Armadas;

e) Ciberdefesa e segurança cibernética; f) Fortalecimento do conceito de direito humanitário na região; e h) Operações de Paz, juntamente com a implementação da Resolução nº 1325 da ONU, para a integração da mulher neste tipo de operações.

## 5 Há um futuro para a UNASUL?

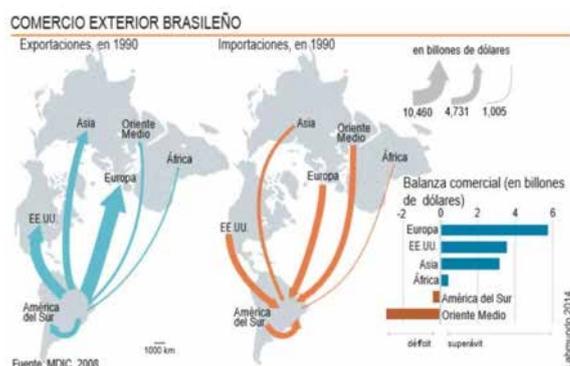
Vale ressaltar que o CDS foi criado e baseado na estrutura de um órgão com pouca maturidade: a UNASUL. O sucesso e a sobrevivência da UNASUL determinam, em parte, o do CDS. Assim, será feita uma tentativa de construir uma visão prospectiva sobre esse órgão. Há anos, por iniciativa brasileira, a UNASUL está paralisada. A causa foi o veto da Venezuela — assim como o apoio da Bolívia, do Equador e do Suriname — à candidatura do embaixador argentino José Octávio Bordón para o cargo de Secretário Geral do Organismo (OLIVEIRA, 2018).

O Brasil e outros cinco países da região (Colômbia, Peru, Chile, Paraguai e Argentina) pediram oficialmente ao Ministro das Relações Exteriores boliviano, Fernando Huanacuni, que encontrasse uma solução que pudesse acabar com o atual estado de paralisia da UNASUL. Desde janeiro de 2017, não houve mais reuniões de ministros das Relações Exteriores, nem cúpula de presidentes, e houve apenas algumas reuniões temáticas. O último secretário geral foi o ex-presidente da Colômbia, Ernesto Samper. Ele deveria ter deixado o cargo em meados de 2016, mas acabou ficando até janeiro de 2017 (OLIVEIRA, 2018).

O quadro de hoje é do da época da criação do CDS: os governos de esquerda são uma minoria e, com o agravamento da crise política e econômica na Venezuela, a região tornou-se mais polarizada, incapaz de coordenar políticas consensuais. Assim, pode-se perceber que a UNASUL precisa superar alguns desafios: falta de tradição na cessão de soberania; grandes assimetrias, a geografia como obstáculo; baixa convergência das políticas macroeconômicas; e uma abordagem mais política do que econômica de certos países.

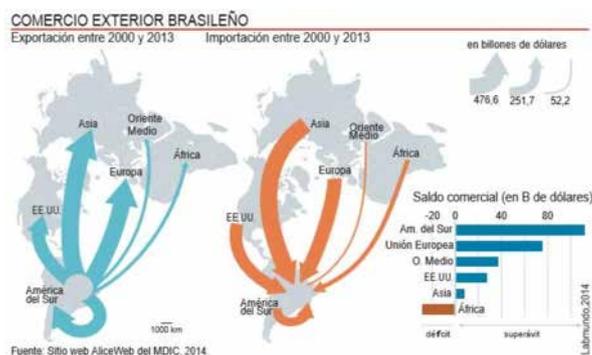
Apesar da paralisia política e econômica de hoje, os dados sobre a evolução do comércio entre os países da América do Sul desde o início do MERCOSUL, criado em 1991, são relevantes. Como pode ser visto nas figuras abaixo, em 1990, a AS era apenas o quinto bloco comercial mais importante com o Brasil, com um déficit na balança comercial. Esta mesma região, dez anos depois, já era o primeiro bloco, com um superávit comercial de quase 100 bilhões.

Figura 2 – Mapa do Sul do Sudão.



Fonte: Geographic Guide, 2017.

Figura 3 – Mapa do Sul do Sudão.



Fonte: Geographic Guide, 2017.

Desde seu lançamento, tem havido dúvidas quanto ao desempenho da UNASUL, devido ao excesso de burocracia, à sobreposição de órgãos regionais, à escassez de recursos financeiros e à dificuldade, diante do culto à soberania e às vaidades políticas, de executar projetos de infra-estrutura e integração energética. A fim de não abrandar ou diminuir a velocidade, a UNASUL precisa urgentemente avançar para níveis de institucionalidade supranacional (BASPINEIRO, 2017).

Talvez o exemplo da Aliança do Pacífico seja uma referência para o pragmatismo e a verdadeira abertura e aumento das relações comerciais (GUIMARAES, 2014). Esse bloco tem sido mais atraente do que o UNASUL. O novo Presidente da Colômbia, em sua posse, já admitiu que vai deixar a UNASUL, devido aos resultados e à pouca eficácia contra a crise na Venezuela.

Além da IIRSA, o COSIPLAN (Conselho de Infraestrutura e Planejamento), é outra iniciativa da UNASUL (PADULA, 2014). Ele pretende atribuir um caráter estratégico e um controle político a dois projetos de integração de infra-estrutura, promovendo a inte-

gração energética, ainda não apresentou resultados efetivos e capacidade de criar fórmulas de financiamento para os projetos. Sem estes avanços, a UNASUL seguirá tendo fatores limitantes ao seu pleno funcionamento e desenvolvimento.

Portanto, a região deve discutir como relançar a UNASUL, independentemente do nome. Neste momento, na crise dos refugiados venezuelanos, o Brasil e seus vizinhos têm de decidir como agir em conjunto e de forma coordenada, ou ajudar outras nações e organizações internacionais a agir em seu nome. O Brasil, depois das eleições presidenciais de 2018, têm um papel importante neste projeto fundamental de integração. A UNASUL já tinha esse papel antes.

Em junho de 2012, por exemplo, a região testemunhou a demissão do presidente paraguaio Fernando Lugo por um processo sumário. O fato foi condenado pela UNASUL, que suspendeu o Paraguai do bloco. Por um lado, ela demonstra uma crise interna; por outro, representa uma ação coordenada do subcontinente em defesa da democracia (FLECK, 2013).

Da mesma forma, em 2008, na Bolívia, uma ação separatista foi reavivada na região de Media Luna (ZABOLOTSKY, 2018), com a tentativa de emancipação e autonomia de quatro estados na área mais desenvolvida do país. Também no Equador, em setembro de 2010, foi decretado o estado de emergência, devido à grave crise envolvendo a polícia. Outro exemplo que explicita a necessidade de um fórum para discutir e evitar crises graves é um possível atrito entre a Bolívia e o Chile, quando o Tribunal Internacional de Haia<sup>3</sup> expressou sua opinião sobre a reivindicação boliviana de obter uma saída para o mar via território chileno (OLIVEIRA, 2018). Em todos estes casos, a UNASUL foi, no passado, e poderia ser, no futuro, um importante fórum para discutir estas crises.

A UNASUL é, às vezes, um reflexo do funcionamento de esquemas estritamente intergovernamentais, nos quais a absorção de políticas nacionais aneladas com posições diferenciadas e polarizadas entre Estados acaba diminuindo o dinamismo de vontades convergentes. A falta de definição em processos onde tudo é decidido por consenso paralisa as estruturas e objetivos integracionistas, como tem sido o caso por muitos meses sem a eleição de um Secretário Geral (BASPINEIRO, 2017).

## 6 Possibilidades e contribuições do CDS: vantagens que podem ser obtidas

O CDS é um órgão de criação recente e, ao longo de sua breve existência, vem apresentando novas formas de ação que aumentam sua relevância e sua área de influência. A seguir, será analisada uma série de possibilidades, algumas delas ainda não desenvolvidas oficialmente pelo novo Conselho, mas que são de especial interesse para as nações da América do Sul.

Uma possibilidade importante do CDS é **o aumento das indústrias de defesa da América do Sul**. A fragilidade do setor industrial e a conseqüente dependência externa dos produtos de defesa constituem uma grande vulnerabilidade estratégica para a região. Os investimentos em tecnologia trazem retornos relevantes. A história confirma a importância

3 O Tribunal Internacional de Justiça, mais conhecido como Tribunal de Haia, marcou para 1º de outubro o veredicto sobre a reivindicação da Bolívia de obrigar o Chile a negociar uma "saída soberana" para o Oceano Pacífico.

dessa capacidade em tempos de crise, quando a aquisição da MEM sofre inferências políticas (AGUIAR, 2013). De acordo com as estatísticas de 2012, do Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI), as compras de armas pela SA cresceram 150% nos últimos cinco anos em comparação com o período entre 2000 e 2004, enquanto no mundo o aumento foi de 22%. Nos vários planos de ação do CDS, o desenvolvimento da indústria de defesa regional e a capacidade tecnológica são pontos essenciais. Este desenvolvimento depende necessariamente do sucesso do setor no Brasil<sup>4</sup>.

Exemplos de projetos que podem reunir esforços coletivos na região são o submarino de propulsão nuclear brasileiro, que tem um contrato com a França para o desenvolvimento de um protótipo brasileiro, com transferência tecnológica integral (VILLELA, 2013) e o ambicioso projeto do cargueiro KC - 390. Confirmando a ideia do CDS de aumentar a sinergia dos esforços nos projetos MEM na AS, o KC - 390 já atraiu o interesse de outras nações em sua cadeia de produção e aquisição, como o Chile e a Colômbia. A Argentina já demonstrou sua vontade de participar, tendo confiado cinco unidades, após ter instalado sua Fábrica de Aeronaves em Córdoba (FADEA), propondo-se a participar como fornecedor de peças do KC-390.

Embora pequeno se comparado com a América do Norte, Europa e Ásia, o mercado de defesa da AS é apresentado como uma opção para a expansão das exportações regionais de produtos de defesa. No período de 2000 a 2010, os países da região absorveram 56% das exportações brasileiras de MEM, contra 25% no período de 1980 a 1989 e 11% no período de 1990 a 1999<sup>5</sup>. A cooperação em matéria de defesa contribui para compartilhar custos em pesquisa e desenvolvimento, aumentando o volume de produção e a demanda. Portanto, o Brasil pode coordenar a criação de um "parque tecnológico" para sua indústria de guerra, e criar um "cluster" regional capaz de atender aos interesses de seus vizinhos (ODEBRECHT, 2010, p. 376).

Outra possibilidade é que o CDS possa proporcionar ao subcontinente um maior poder de barganha e dissuasão regional. O CDS, dentro de uma visão realista das relações internacionais, pode aumentar sua capacidade conjunta para defender os interesses comuns da AS em fóruns internacionais. Apesar de não contemplar uma aliança militar clássica, ela permite a adoção de posições conjuntas diante de situações relevantes, alinhando os discursos e posições de seus membros nas discussões e acordos com outros países e blocos sobre a questão da defesa.

A AS tem aproveitado muito o multilateralismo, em todo o mundo. Prova disso é sua crescente participação em várias questões de impacto global, atuando como um bloco. Seguindo este raciocínio, o CDS se aproxima de seus membros na discussão das questões de defesa, dando o sentimento de unidade aos outros blocos. Os blocos econômicos, invariavelmente, acabam lidando com questões de segurança (GUERREIRO, 2009).

O CDS poderia acrescentar o peso do coletivo que um bloco possui. Com o aumento da cooperação regional em defesa, algumas questões podem ser tratadas de forma coordena-

4 Basta observar os dados do documento "O balanço militar da América do Sul", 2008, do CENM (Centro de Estudos da Nova Maioria), que aponta que os recursos da defesa brasileira representam 53% do total regional destinado à AS.

5 Dados do Departamento de Indústria de Defesa da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) no documento "Integração Sul-Americana em Defesa": Perspectivas e Desafios", 01/02/2012.

nada pelo CDS e pela UNASUL. A definição dos limites das águas marítimas de exploração exclusiva é um exemplo da variedade de assuntos nos quais o Conselho poderia conformar os interesses. Ela poderia convergir em questões como os direitos nucleares e de exploração sobre a Antártica, pontos que, ainda hoje, motivam discussões no cenário internacional (LA ARGENTINA..., 2009).

Também poderíamos imaginar a **criação de um fórum regional para a consolidação da paz e para discussões relevantes sem interferência exógena**. A América do Sul, apesar de ser uma das áreas menos belicosas do mundo, sem grandes conflitos entre seus países, ainda apresenta certas áreas de atrito que, às vezes, ameaçam desestabilizar a região. Além deste cenário, os órgãos existentes, como a OEA, por exemplo, sob a liderança dos Estados Unidos, não têm sido eficientes e apoiados. Nesse contexto, o CDS continua a ganhar prestígio.

Outra possibilidade de ação para o novo Conselho seria a **ação coordenada contra crimes transnacionais e a luta contra o tráfico de drogas**, sem a influência dos Estados Unidos. Muitas Forças Armadas atuam no combate ao crime organizado, incluindo o Brasil e, recentemente, a Argentina (SPEKTOR, 2018). As nações sul-americanas já apresentam alguns acordos e tratados para agir em conjunto na repressão dos crimes transnacionais.

Vale a pena mencionar algumas iniciativas: o uso conjunto de radares pela Argentina e Bolívia na fronteira para detectar o tráfico de drogas; o reforço da presença combinada das Forças Armadas da Colômbia e do Brasil, na zona fronteira (MONTEIRO, 2010, p. 192-195); e a "Lei de Abate", que permite, no Brasil e na Venezuela, a interceptação de aeronaves que sobrevoam, ilegalmente, o espaço aéreo entre os dois países. Além disso, o CDS pode ser o indutor de novas coordenações e tratados que permitem uma ação sinérgica entre seus membros.

A AS testemunhou o surgimento de novas fontes de tensão, resultado da extração de problemas internos e migratórios, gerando situações delicadas. O CDS poderia ser **um instrumento para a solução de crises**. Os refugiados e os venezuelanos deslocados são exemplos disso. Existem outras fontes que podem gerar tensões. Brasil e Paraguai ainda têm problemas em relação a cerca de quinhentos mil brasileiros que possuem terras do lado paraguaio, conhecidos como "brasiguaios". Desde 2006, o governo boliviano de Evo Morales anunciou a saída de brasileiros de uma área de 50 quilômetros adjacente à fronteira com o Brasil (PERIÓDICO DO SENADO, 2011). Estima-se que cinco mil pessoas vivem na região.

**A adoção de aspectos do modelo de defesa europeu e a criação de uma força de paz sul-americana** são vantagens que podem ser vistas no CSD, que pode ter como espelho outras instituições de maior longevidade, ampliando seu raio de ação e adotando políticas de sucesso, tais como as ações sinérgicas de defesa e de política externa adotadas pela Europa.

A política de integração militar sul-americana teria dois pontos em comum com a política europeia. O primeiro ponto seria a convergência política e militar de dois ex-rivais (Reino Unido e França no caso da UE seria o Brasil e Argentina na AS). A segunda foi a forte influência sofrida pelos EUA (LAMAZIÈRE, 2001).

As dificuldades que a UE tem para adquirir uma política externa comum ou sua própria política de defesa e segurança são bem conhecidas. Um passo importante para a UE, mas que ainda não teve o efeito desejado, foi a indicação de **um representante de relações**

**exteriores para o bloco.** O CDS já reúne os Ministros da Defesa e das Relações Exteriores dos países em suas deliberações, e poderá, no futuro, ter um representante de relações exteriores para negociar em nome da região.

Um dos aspectos da OTAN é sobre a **Cooperação Militar Cívica (CIMIC)**. Recentemente, o Brasil e outras nações sul-americanas têm apoiado países em catástrofes, como o terremoto de 2010 no Chile e as enchentes na Bolívia em 2012, com inúmeras demonstrações práticas de solidariedade regional.

As Forças Armadas dos membros do CDS são invariavelmente chamadas para ajudar suas nações em épocas de catástrofes. Assim, reunindo as carteiras de defesa dos diversos países, o CDS poderia coordenar ações neste sentido, equipando-se com os instrumentos necessários para realizar esta tarefa. A linha (h) do artigo 14 da nota de criação do CDS diz: "Compartilhar experiências e apoiar ações humanitárias, tais como retirada de campos minados, prevenção e mitigação de desastres naturais e assistência às vítimas [...]".

Outro aspecto que deve ser discutido, no âmbito do CDS, são as políticas de incentivo para a indústria de defesa, que poderiam ser modeladas na política europeia. Ao analisar a conclusão<sup>6</sup> à qual a Comissão Europeia chegou, em 2006, quando foi estudada a conjuntura de sua indústria de defesa, alguns problemas em comum com o AS podem ser diagnosticados e soluções similares podem ser vislumbradas. Entre os problemas identificados, houve a necessidade de melhorar as condições de financiamento, a fragmentação do mercado e a abertura de novos mercados consumidores.

Outro ponto que poderia ser coordenado pelo CDS seria a idéia de que as nações se concentrem em menos atividades do que fazem hoje. Assim, e buscando complementaridade e sinergia, eles **dedicariam sua atenção a centros de excelência** que deveriam ser consequência de um processo essencialmente orientado ao mercado e às peculiaridades e capacidades dos membros do CDS.

O CDS tem como um dos principais eixos de seus planos de ação o treinamento e treinamento dos militares sul-americanos. Nesse sentido, pode-se fazer referência aos esforços de vários países da UE para se adaptar ao Processo de Bolonha<sup>7</sup>, que procura homogeneizar graus e estudos, em geral (não militares). Não se trata de copiar este processo, mas de criar algo semelhante para o ensino militar na AS, liderado pelo CDS, para facilitar o intercâmbio e a criação de centros de estudo comuns que servem às diversas Forças Armadas do CDS.

Se por um lado o Brasil não está interessado na criação de uma força militar regional combinada de ação rápida, a proposta, de 2010, do então presidente do Peru Alan Garcia, relativa à criação de uma **Força de Paz Sul-Americana**, deve ser analisada. Esta proposta recebeu o apoio inicial do Brasil e do Chile. Portanto, é necessário estudar a história recente das ações das tropas sul-americanas em missões de paz. Vale notar que a Carta das Nações

6 Que procura homogeneizar graus e estudos, em geral (não militares). Não se trata de copiar este processo, mas de criar algo semelhante para o ensino militar na AS, liderado pelo CDS, para facilitar o intercâmbio e a criação de centros de estudo comuns que servem às diversas Forças Armadas do CDS.

7 Processo de Bolonha é um acordo que foi firmado em 1999 pelos ministros da Educação de diferentes países da Europa, em Bolonha. Trata-se de uma declaração conjunta (a UE não tem competências no campo da educação) que iniciou um processo de convergência, que visava facilitar o intercâmbio de graduados e adaptar o conteúdo dos estudos universitários às demandas sociais, melhorando sua qualidade e competitividade.

Unidas, artigo 52, não impede a formação de organizações regionais para assuntos relacionados com a manutenção da paz e segurança internacionais.

A análise do uso dos exércitos dos países sul-americanos em missões de manutenção da paz é um instrumento para confirmar o grau de cooperação existente na área militar. Em 2011, o Brasil assumiu o comando da Força Naval da ONU no Líbano (UNIFIL), demonstrando que a América do Sul está sendo cada vez mais solicitada neste tipo de missão.

A Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), liderada pelo Brasil, tem a participação de vários membros do CDS, estimulando a convergência política desses países em fóruns como a Associação Latino-Americana de Operações de Paz (ALCOPAZ) e o CDS. Que a MINUSTAH seja a primeira missão de paz sem o papel de liderança das principais potências incita os países da região a assumir um maior compromisso com a segurança regional e global. A Força Binacional de Paz Combinada Cruz del Sur (Chile - Argentina), já colocada à disposição da ONU desde 2010 para cumprir missões de paz, é um exemplo nesta direção (BARRIOS, 2011).

Assim, é possível concluir que o modelo europeu apresenta alguns pontos que poderiam servir de modelo para o CDS. Não é uma questão de formar uma aliança militar no Atlântico Sul, mas de ter como referência algumas políticas e estruturas. A ideia de uma força de paz sul-americana sob a coordenação do CDS também parece ser uma possibilidade muito útil, já que uma força de paz pré-existente e modular desenvolveria a doutrina e as estruturas necessárias para executar seu trabalho de forma mais eficiente, melhorando seu desempenho.

O Brasil, um verdadeiro continente, com mais de 200 milhões de habitantes (55% da população da AS), mais de 47% do território do subcontinente (8,5 milhões de quilômetros quadrados), e um PIB de mais de 1,31 trilhões de dólares (56% da economia regional), se destaca no cenário das antigas colônias luso-hispânicas. Analisando os outros blocos regionais, em todo o mundo, é necessário um polo aglutinativo ao redor do qual as outras nações estão associadas (WEISE, 2010). Assim, provavelmente, o CDS e a UNASUL poderiam **ajudar na consolidação da liderança brasileira e no aumento das Medidas de Confiança Mútua (MCM)**.

Além do poder econômico, o Brasil está procurando seu espaço no quadro mundial. Desde a década de 1980, o país vinha liderando o Terceiro Mundo nas respostas às assimetrias, notadamente o Grupo de 77 Reuniões (Rio de Janeiro, 1983) e a rejeição da proposta dos EUA no GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), em 1986. Da mesma forma, foram criados os fóruns AS - África (ASA) e AS - Países Árabes (ASPA), assim como o IBAS (Índia, Brasil e África do Sul). Entre 2008 e 2010, 66 novas embaixadas brasileiras foram abertas, e o país mantém relações diplomáticas com todos os membros da ONU (SOUSA FILHO, 2012).

De acordo com a visão geopolítica tradicional, a posição periférica da AS é clara. Durante os últimos cem anos, três teorias geopolíticas dominaram a política internacional: a primeira é a "Terra do Coração" de MACKINDER, a segunda é a "Rimlândia" de SPYKMAN, e finalmente a teoria do "Poder Marítimo", de MAHAN, em nenhuma delas tem mais significado ou importância em relação ao poder global (MATTOS, 1992).

O Brasil vê cenários favoráveis para aumentar sua influência a nível regional e global. HUNTINGTON, em seu livro "The Clash of Civilizations and the New World Order",

1996, apresenta LA no mesmo bloco, mas sem liderança clara. MAFRA, um pensador geopolítico brasileiro, apresenta a "Teoria do Cuaterno", defendendo que, a partir do primeiro quarto do século XXI, o mundo seria dividido em quatro blocos: América do Norte, Europa, Ásia e América do Sul. Este último foi inicialmente composto pelos países da América do Sul e, posteriormente, aumentado pelos países da América Central, do Caribe e pelo México (MAFRA, 2006).

Nesse sentido, o Brasil poderia provar sua capacidade de contribuir para a estabilidade em seu ambiente estratégico, atuando mais diretamente na resolução de crises regionais. A proposta para a criação do CDS foi brasileira, aprovando-a em tempo recorde (cerca de 10 meses), após uma série de visitas desenvolvidas pelo então Ministro da Defesa, Nelson Jobim. A amplitude e a diversidade das relações construídas pelo Brasil nos últimos dez anos priorizam a AS, sem abandonar parceiros tradicionais como os EUA e a União Européia, além de se estender a novos atores na África, Ásia e Oriente Médio, não apenas na área econômica, mas também na área da Defesa (SOUSA FILHO, 2012, p. 119).

O reconhecimento internacional da AS e de sua política soberana e independente, em sinergia com os esforços brasileiros, abre espaços e oportunidades na complexa ordem mundial. O CDS é mais um instrumento que reforça esta visão.

Uma contribuição natural do CDS, que é o resultado de todas as outras contribuições, é o **aumento das Medidas de Confiança Mútua (MCEMs)**, à medida que aumenta a transparência das despesas de defesa e melhora a cooperação militar, reduzindo a desconfiança entre seus membros. Ação conjunta em ações de paz e humanitárias, investimentos sinérgicos na indústria de defesa, discussão de crises em nível regional e treinamento integrado de recursos humanos são ações que geram crescentes laços de amizade na AS.

## 7 Considerações finais

Inicialmente, foi possível observar que o CDS resultou de um processo de integração regional, que amadureceu ao longo do século XX e se intensificou muito no século XXI. A América do Sul foi uma das últimas regiões do mundo a aprofundar a cooperação política e econômica com uma cobertura mais ampla do subcontinente. A integração da defesa evoluiu e passou a fase de rivalidade geopolítica e desconfiança mútua. Além disso, antes do CDS, isso ocorria em um nível abaixo das decisões estratégicas e políticas. O CDS permitiu uma maior cooperação na defesa, elevando o nível das discussões, com a participação dos Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores.

O papel do Brasil em todo este processo foi decisivo e trouxe, do MERCOSUL, uma visão mais independente e soberana para a integração regional. A UNASUL representou um novo campo de cooperação na AS, mais ambicioso e abrangendo a área de defesa, materializado pelo CDS.

Tanto a UNASUL quanto o Conselho de Defesa Sul-Americano surgiram em um momento de alinhamento político entre governos de esquerda com viés ideológico semelhante. Da mesma forma, a situação econômica foi altamente apropriada, criando condi-

ções para expandir as relações comerciais e os investimentos na infra-estrutura de conexão entre as nações, além de permitir o planejamento além das fronteiras soberanas das nações sul-americanas.

Ao mesmo tempo, a UNASUL e o CDS têm se mostrado oportunos em relação a uma série de fatores, entre os quais se destacam a abordagem do Brasil e da Argentina e o crescimento sustentável da economia e a projeção internacional do Brasil. Além disso, pudemos observar a percepção regional de ameaças exógenas a seus recursos naturais; a busca de um novo espaço de congruência e o alinhamento de opiniões na África do Sul; e a maturidade das relações e do intercâmbio comercial entre os membros da UNASUL.

Portanto, essas condições favoráveis, no campo político e econômico, mudaram radicalmente desde 2014, causando um enfraquecimento das iniciativas, que ainda foram consolidadas e testadas em seus primeiros desafios para a solução de crises. Assim, a partir da crise venezuelana, das mudanças nas visões ideológicas dos governos sul-americanos e do baixo crescimento econômico, a UNASUL ficou paralisada e corre o risco de extinção.

Quanto à eficácia e aos resultados obtidos pelo CDS, verificou-se que, até 2014, as metas propostas em seus planos de ação foram satisfatoriamente atingidas. Então, o cenário regional e as perspectivas da UNASUL geraram a paralisia. A integração da defesa aumentou, enquanto algumas crises e fricções foram abordadas com sucesso neste fórum e na UNASUL. Da mesma forma, tem sido capaz de implementar medidas importantes para o aprofundamento das medidas de confiança mútua.

Além disso, o CDS pode dar importantes contribuições à integração regional, a partir de sua maturação, tais como: o aumento da capacidade de dissuasão regional; o aumento da indústria de defesa sul-americana; o aumento e a sinergia na luta contra os crimes transnacionais. É importante refazer outras possibilidades: criar um fórum regional para a discussão de aspectos relevantes e para a consolidação da paz; a adoção de algumas práticas, devidamente adaptadas à realidade sul-americana, utilizadas pela OTAN e pela UE; e a consolidação da liderança brasileira.

Por outro lado, como um órgão da UNASUL, o CDS depende da sobrevivência deste para prosseguir com seu desempenho. O futuro da UNASUL está muito nebuloso hoje, incluindo alguns pontos que precisam de uma correção de rumo. Nesse sentido, o Brasil tem um papel crucial. A América do Sul tem o desafio de construir, por suas próprias ideias e com o estabelecimento de um pensamento geopolítico e de defesa particular, um subcontinente mais integrado e próspero. Essa tarefa não é realizada da noite para o dia. É o resultado da maturidade das instituições e instrumentos de integração do subcontinente que, apesar dos obstáculos e dificuldades, sugerem que vale a pena fazer esta aposta para o futuro.

O sucesso do CDS é um passo fundamental nessa direção por tudo o que contribui para a cooperação em matéria de defesa e para a estabilidade regional. A UNASUL, por sua vez, foi mais um passo à frente, como as organizações que o precederão. Portanto, com os ajustes necessários, essa amplitude de integração, em todo o subcontinente e englobando a defesa, é uma questão de tempo.

## Referências

AGUIAR, L. C. Inversión en defensa necesita ser permanente. **Valor On Line**, São Paulo, 05 de abril de 2013.

AMORIM, C. La integración Sudamericana. **Revista Diplomacia, Estrategia y Política**, Brasília, DF, n. 10, p. 5-25, Oct/Dic, 2009. Disponível em: [http://www.funag.gov.br/ipri/images/pdf/Revista\\_DEP10\\_Espanhol.pdf](http://www.funag.gov.br/ipri/images/pdf/Revista_DEP10_Espanhol.pdf). Acesso em: 10 de maio de 2020.

ARAVENA, F. R. Seguridad internacional, el espacio y posición de América Latina. In: LOS DESAFÍOS de seguridad en Iberoamérica. Instituto Español de Estudios Estratégicos. Madrid: Ministerio de Defensa, 2012. p. 20-82. (Cuadernos de estrategia, n. 158). Disponível em: [http://www.ieee.es/Galerias/fichero/cuadernos/CE\\_158\\_DesafiosSeguridadIberoamerica.pdf](http://www.ieee.es/Galerias/fichero/cuadernos/CE_158_DesafiosSeguridadIberoamerica.pdf). Acesso em: 10 de maio de 2020.

LA ARGENTINA presentó un reclamo ante la ONU para extender su plataforma continental. **La Nación**, Buenos Aires, 21Abr 2009. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/politica/la-argentina-presento-un-reclamo-ante-la-onu-para-extender-su-plataforma-continental-nid1120692/>. Acesso em: 12 de maio de 2020.

ARREDONDO, G. A. UNASUL y el Consejo de Defensa Suramericano (CDS) en su primer lustro de funcionamiento 2011-2016. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 64., 163-175, jan. /abr. 2017. Disponível em: <https://www.esg.br/publi/periodicos-cientificos/RESGv32n64.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2020.

BARRIOS, M. Á. **Consejo Sudamericano de Defensa: desafíos geopolíticos y perspectivas continentales**. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2011.

BASPINEIRO, A. C. UNASUL supranacional, ¡urgente!. **La Razón**, Madrid, 22 Set. 2017. Disponível em: [http://www.larazon.com/opinion/columnistas/UNASUL-supranacional-urgente\\_0\\_2787921184.html](http://www.larazon.com/opinion/columnistas/UNASUL-supranacional-urgente_0_2787921184.html). Acesso em: 1º de setembro de 2018.

BELIZ, G.; CHELALA, S. **El ADN de la integración regional: la voz de los latinoamericanos por una convergencia de calidad: innovación, equidade y cuidado ambiental**. Washington, D.C.: Banco Interamericano de Desarrollo, Oct 2016. (Nota técnica del BID, 1120). Disponível em: <https://publications.iadb.org/publications/spanish/document/El-ADN-de-la-integraci%C3%B3n-regional-La-voz-de-los-latinoamericanos-por-una-convergencia-de-calidad-innovaci%C3%B3n-equidad-y-cuidado-ambiental.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2020.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Tratado constitutivo da União de Nações Sul-Americanas**. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, 23 maio 2008. (Nota, n. 265).

CERVO, A. L.; BUENO, C. **História da política exterior do Brasil**. 3. ed. Brasília, DF: UnB, 2008.

CONSIDERA, C. A. F. **Desenvolvimento produtivo e equidade social na América do Sul: metas da integração regional no século XXI**. 2006. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

CUÉ, C. E. 77% dos latino-americanos apoiam maior integração econômica. **El País**, Buenos Aires, 21 Out 2016. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/20/internacional/1476970128\\_583162.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/20/internacional/1476970128_583162.html). Acesso em: 10 de maio de 2020.

FEDOZZI, M. C. G. Sistema interamericano. **Cadernos de Estudos Estratégicos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 161-168, 2005. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/CEE/article/view/5680>. Acesso em: 10 de maio de 2020.

FIORI, J. L. O Brasil e seu “entorno estratégico” na Primeira década do século XXI. In: SADER, E. (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLASCO Brasil, 2013. p. 31-52. Disponível: [http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/BERNARDO%20MANCANO%20FERNANDES/10\\_ANOS\\_GOVERNOS.pdf](http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/BERNARDO%20MANCANO%20FERNANDES/10_ANOS_GOVERNOS.pdf). Acesso em: 11 de maio de 2020.

FLECK, I. Países boicotam fala de paraguaio na OEA. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Apr 6, 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/102350-paises-boicotam-fala-de-paraguaio-na-oea.shtml>. Acesso em: 1º de setembro de 2018.

FRAGELLI, J. A. A. Realidades de segurança regional: a recriação da Quarta Frota e seu significado. In: JOBIM, N. A.; ETCHEGOYEN, S. W.; ALSINA, J. P. (org.). **Segurança internacional: perspectivas brasileiras**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 497-503.

GARCIA, M. A. Recursos naturais e conflitos na América do Sul. In: JOBIM, N. A.; ETCHEGOYEN, S. W.; ALSINA, J. P. (org.). **Segurança internacional: perspectivas brasileiras**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 293.

GASPAR, B.; SPINA, R. **A opção Sul-Americana: reflexões sobre política externa (2003-2016)**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Instituto Futuro, 2018.

GUERREIRO, A. C. S. Integração militar regional na América do Sul. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 129, n. 01/03, p. 39-64, jan./mar. 2009. Disponível em: [http://www.revistamaritima.com.br/sites/default/files/rmb\\_1-2009.pdf](http://www.revistamaritima.com.br/sites/default/files/rmb_1-2009.pdf). Acesso em: 10 de maio de 2020.

GUIMARÃES, S. P. Integração regional e acordos de livre comércio. In: SARTI, I. et al. (org.). **Os desafios da integração Sul-Americana: autonomia e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Folio Digital; FOMERCO, 2014. p. 20-25. Obra coletiva composta por artigos de autoria de participantes

do XIV Congresso Internacional do Fórum Universitário Mercosul – FoMerco, realizado entre 23 e 25 de outubro de 2013.

LAMAZIÈRE, G. Impacto dos processos de integração regional nas políticas de defesa e segurança. Brasil e a cooperação político-militar na AS. **Revista Política Externa**, São Paulo, v. 9, n. 4, 2001.

LUIGIJÚNIOR, R. A. **A integração regional na América do Sul: a efetividade da UNASUL**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017. Disponível em: [http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/330751/1/LuigiJunior\\_RicardoAbrate\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/330751/1/LuigiJunior_RicardoAbrate_D.pdf). Acesso em: 11 de maio de 2020.

MAFRA, R. M. de O. **Geopolítica: introdução ao estudo**. Rio de Janeiro: Editora Sicurezza, 2006.

MATTOS, C. de M. A nova ordem mundial. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, n. 21. 1992.

MOFFETT, M. Argentina seeks its place on the international stage in the shadow of Brazil. **The Wall Street Journal**, New York, Nov 15, 2010.

MONTEIRO, L. C. do R. Dimensão amazônica do conflito colombiano e seus efeitos nas políticas de segurança continental e brasileira. In: SILVA, F. C. T. da; CHAVES, D. S. (org.). **Terrorismo na América do Sul: uma ótica brasileira**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010. p. 192-195.

MURRAY, R. W. S. **O conselho de defesa Sul-Americano e sua contribuição para a consecução das orientações estratégicas da Política de Defesa Nacional**. 2012. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2012.

ODEBRECHT, M. É viável a formação de um cluster da indústria de defesa na América do Sul?. In: JOBIM, N. A.; ETCHEGOYEN, S. W.; ALSINA, J. P. (org.). **Segurança internacional: perspectivas brasileiras**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. Cap. 3.

OLIVEIRA, E. Com Unasul rachada e parada, vizinhos dão ultimato à Bolívia. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 abr. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/2018/04/20/2273-com-unasul-rachada-parada-vizinhos-dao-ultimato-bolivia>. Acesso em: 11 de maio de 2020.

PADULA, R. Desenvolvimento, industrialização, recursos naturais e arquitetura financeira. In: SARTI, I. et al. (org.). **Os desafios da integração Sul-Americana: autonomia e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Folio Digital; FOMERCO, 2014. p. 31-40. Obra coletiva composta por artigos de autoria de participantes do XIV Congresso Internacional do Fórum Universitário Mercosul – FoMerco, realizado entre 23 e 25 de outubro de 2013.

QUIRÓS, L. Reconfiguración política y Gobernanza Regional en América Latina ¿Hacia dónde va el regionalismo post-liberal?. **Revista Andina de Estudios Políticos**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 111-131, 2017. Disponível em: <https://www.iepa.org.pe/raep/index.php/ojs/article/view/85>. Acesso em: 11 de maio de 2020.

SCHNEIDER, E. R. **MERCOSUL**: um estudo geopolítico e suas reflexões para o estabelecimento de um sistema integrado de defesa. 2003. Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2003.

SOUSA FILHO, J. A. **Conselho de defesa Sul-americano**: novos arranjos em segurança e defesa na América do Sul. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2012.

UNCTAD. **Handbook of international trade and development statistics**. Nova York; Geneva: United Nations, 1994.

VIANA, J. P. S. L.; VASCONCELLOS, P. M. C. de; MIGUEL, V. V. R. **Integração Sul-Americana**: desafios e perspectivas. Porto Velho: Edufro, 2011.

VILLELA, F. Fábrica de submarinos, país comprova potencial tecnológico na área de defesa. **Exame**, São Paulo, 01 mar. 2013. Disponível em: <https://exame.com/brasil/fabrica-de-submarinos-comprova-potencial-tecnologico-do-pais/>. Acesso em: 11 de maio de 2020.

WEISE, A. S. Brasil: una creación geopolítica. **El Deber**, Santa Cruz de La Sierra, 12 Mar 2010. Disponível em: <http://www.eldeber.com.bo/2010/2010-03-12/vernotacolumnistas.php?id=100311223116>. Acesso em: 1º de setembro de 2018.